

A questão da cidadania: revisitando Bobbio

The question of citizenship: revisiting Bobbio

César Mortari Barreira
Instituto Norberto Bobbio, São Paulo, SP, Brasil

Marcelo de Azevedo Granato
Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI), Sorocaba, SP, Brasil

Resumo

20 anos após o falecimento de Norberto Bobbio, o artigo discute a atualidade de seu pensamento político. Inicialmente são apresentadas uma série de limitações à democracia, ora pela atuação de chefes carismáticos, ora em virtude das restrições impostas pelo mercado. Tendo como ponto de chegada desses processos a perda de substância da cidadania, retomamos algumas passagens de *O futuro da democracia*, cuja primeira edição completa 40 anos. Nossa hipótese é que essa revisita pode tanto constituir um sismógrafo das frustrações sociais que atravessam o mal-estar da democracia como alargar o repertório de iniciativas comprometidas com sua defesa.

Palavras-chave: política; regime democrático; crise; expectativas sociais; cidadania.

Abstract

20 years after Norberto Bobbio's death, the article discusses the relevance of his political thought. Initially, a series of limitations to democracy are presented, either due to the actions of charismatic leaders or the restrictions imposed by the market. Taking the loss of the substance of citizenship as the end point of these processes, we revisit some passages from *The Future of Democracy*, the first edition of which is 40 years old. Our hypothesis is that this revisit can both constitute a seismograph of the social frustrations that run through the malaise of democracy and broaden the repertoire of initiatives committed to its defense.

Keyword: politics; democratic regime; crisis; social expectations, citizenship.

Informações do artigo

Submetido em 26/08/2024
Aprovado em 13/09/2024
Publicado em 15/09/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n3.p53-70>



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Como ser citado (modelo ABNT)

BARREIRA, César Mortari; GRANATO, Marcelo de Azevedo. A questão da cidadania: revisitando Bobbio. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 3, p. 53-70, set./dez. 2024

1 INTRODUÇÃO

No prefácio que abre os artigos de Norberto Bobbio reunidos em *Contra os novos despotismos: escritos sobre o berlusconismo*, Enzo Marzo atesta a atualidade da análise bobbiana realizada entre meados da década de 1990 e 2001. O prenúncio da decadência política na Itália, aventada pela conhecida abordagem pessimista de Bobbio, faz com que Marzo relembre as lições de Gobetti, para quem o fascismo era a autobiografia da nação italiana. Não por acaso, a importância dessas últimas contribuições de Bobbio é resumida do seguinte modo: “um primeiro diagrama científico rascunhado sobre o berlusconismo como categoria política e mental está exatamente aqui” (Marzo, 2016, p. 9).

A literatura política não tardou em avançar na análise categorial do fenômeno Berlusconi. Conceitos como despotismo, autoritarismo, líder carismático e tirania foram recuperados e atualizados, notadamente em virtude do papel estrutural desempenhado pelas novas tecnologias de comunicação em massa. Diante do poder da televisão, o próprio Bobbio chega a falar em “videocracia”¹ para se referir ao domínio das imagens que entram “insistentemente na casa de todos e se fixa na memória, bem mais do que um discurso” (Bobbio, 2016, p. 19). Os temores decorrentes dessa situação eram mais do que fundados. A “computadorcracia” – a projeção de uma democracia direta possibilitada pelos computadores – não apenas se revelou “uma hipótese absolutamente pueril” (Bobbio, 2000, p. 39) como materialmente permitiu o fortalecimento de seu oposto: mediante o uso de dados pessoais, indispensáveis à produção de um “conhecimento capilar dos cidadãos” (Bobbio, 2000, p. 120), aos detentores do poder foi finalmente facultada a possibilidade – remota até mesmo no *pantheon* das monarquias absolutistas – de “ver o público bem melhor do que nos Estados do passado” (Bobbio, 2017, p. 38).

O agravamento dessa situação nas últimas décadas descortinou as plataformas digitais como agentes fundamentais (Srnicsek, 2017). E, desse modo, jogou luz sobre a dimensão subjetiva amalgamada a tal processo. O surgimento de pesquisas acerca da “reprogramação da nossa mente” pelas redes sociais (Fisher, 2023), ou mesmo da “superindústria do imaginário” (Bucci, 2021) corroboram essa linha investigativa. Nesse cenário, o berlusconismo enquanto “categoria política e

¹ No artigo “Aquela Itália modelo Berlusconi”, publicado no jornal *La Stampa*, em 20/03/94 (Bobbio, 2016, p. 17-23).

mental” parece ser mais do que um rascunho, como há pouco sugerido. Ao colocar em primeiro plano as ameaças à democracia e o jogo de encenações subjacentes à tirania de Berlusconi, as análises de Bobbio possuem um forte caráter de advertência.

Em “*O homem tirânico*” – artigo que fecha a compilação de artigos reunidos em *Contra os novos despotismos* – o líder italiano é apresentado como alguém que considera “lícito o que os mortais comuns sonham”. Além de acreditar que “pode tudo”, Berlusconi age de modo críptico, opaco para os cidadãos, proclamando-se “ungido pelo Senhor” e, não por acaso, capaz de realizar milagres (Bobbio, 2016, p. 105). Essa descrição é ainda mais tocante no texto original a partir do qual são extraídas essas citações: “A República e seus Males”, capítulo de um livro que reúne diálogos entre Bobbio e Viroli². Aqui Berlusconi aparece como um personagem que, catalisando a si próprio, se apodera do ânimo das pessoas. Após Viroli sugerir que o político italiano não é um simples angariador de votos, mas um demagogo capaz de suscitar entusiasmo, Bobbio faz menção à performance berlusconiana, sobretudo nos teatros, destacando o cerimonial, os gestos da mão e o sorriso que embasam uma “segurança ilimitada” (Bobbio, 2002, p. 96).

Qualquer semelhança com Mussolini, outro chefe carismático, não é mera coincidência. Ao escavar a dimensão totalitária presente em Berlusconi, Viroli encontra na “palavra profética” um fundamento comum com a Itália da década de 1920: “[ele] pode proclamar as mentiras mais ridículas e todos acreditam” (Bobbio, 2002, p. 91). Bobbio concorda, oferecendo mais uma descrição ilustrativa a respeito da hipnose fascista. Mussolini não apenas arrancava aplausos, pois, ao dialogar com o público, ele “fazia perguntas às quais a multidão tinha que responder sim ou não, de acordo com o que já estava previsto” (Bobbio, 2002, p. 91). E ao se referir ao “fazer rir” típico dos demagogos, pondera: “Mussolini tinha uma ironia vulgar, escarnecia do adversário, enfatizava suas fraquezas, sobretudo físicas” (Bobbio, 2002, p. 96).

É provável que Bobbio conhecesse muito bem as afinidades entre essas práticas de manipulação e o “terrível Cipolla”, personagem principal de *Mário e o mágico* (1930), de Thomas Mann. Não apenas pelo fato do autor alemão ter sido seu escritor preferido³, mas sobretudo pelo conteúdo da novela, uma das primeiras

² Os parágrafos de “O homem tirânico” são, na verdade, a última resposta dada por Bobbio a uma pergunta de Maurizio Viroli acerca da degeneração da democracia em demagogia oligárquica.

³ Em entrevista a Beniamino Placido, em 1995, Bobbio considera Thomas Mann o escritor que mais o influenciou. O tema é retomado alguns anos depois (1999), em entrevista a Pietro Polito (Bobbio; Polito, 2006, p. 193).

representações a captar as mudanças mentais e de comportamento que atuarão como lastro dos regimes totalitários em gestação⁴. O “ilusionista” tinha “a impressão de bufonaria publicitária e fantástica”, “tão senhor de si” que, mesmo ainda não tendo realizado qualquer truque, “apenas o seu falar já era apreciado como realização” – daí a caracterização do *cavaliere* como “um conferencista loquaz e de recursos retóricos inesgotáveis” (Mann, 2023, p. 25; 30; 31). Durante sua performance em Torre di Venere⁵, Cipolla mostra-se capaz de capturar a mente de seu público com as mais variadas táticas: patriotismo virulento, adivinhação mágica – “estava claro que Cipolla havia escolhido a sua gente e que o processo [...] havia transcorrido sob seu controle” (Mann, 2023, p. 38) –; milagres telepáticos etc. Tamanho espetáculo de hipnose coletiva capta, com precisão, as opressões então germinais no balneário provinciano e, conseqüentemente, a nova mentalidade vigorante, deixando antever a catástrofe política iminente: “o nacionalismo mussolinista em seus estágios iniciais” (Mazzari, 2023, p. 73).

Por isso mesmo, a (re)ocorrência de um líder italiano dotado das mesmas “qualidades”, no final da década de 1990, atesta, de um lado, a atualidade da mensagem deixada pelo narrador de *Mário e o mágico* – “não se pode viver psiquicamente do não querer” (Mann, 2023, p. 52) – e, de outro, o fracasso da concepção ativa cidadania, tida como capaz de evitar as condições adequadas ao surgimento de um novo Cipolla. Possivelmente consciente desse entrelaçamento, Bobbio chegou a temer “o fim da esquerda”⁶ para, alguns anos depois, diante do agravamento da situação – manifestado pelo surgimento da Casa das Liberdades, coalização criada em 2000 por Berlusconi –, declarar: “direita e esquerda não têm nada a ver: está em jogo a democracia” (Bobbio, 2016, p. 93). Como se vê, não é por acaso que um Bobbio “desconcertado e desconsolado”⁷ duvidasse da possibilidade dos intelectuais exercerem alguma influência nos destinos da política. As razões para

⁴ Segundo Marcus Vinicius Mazzari, que escreve o posfácio à tradução para o português de *Mário e o mágico*, o próprio Thomas Mann oferece uma apreciação mais política de sua novela. Em 1940, ao se dirigir a estudantes da Universidade de Princeton, ela é caracterizada como uma “advertência perante violações perpetradas por regimes ditatoriais” (Mazzari, 2023, p. 97).

⁵ A novela remonta à temporada que Mann passa com a família em Forte dei Marmi (Toscana), no início do segundo semestre de 1926.

⁶ Título da entrevista concedida a Giancarlo Bosetti, publicada no jornal *L'Unità*, em 09/10/1997 (Bobbio, 2016, p. 73-75).

⁷ Título da entrevista concedida a Alberto Papuzzi, publicada no jornal *La Stampa*, em 23/04/2000 (Bobbio, 2016, p. 77-81).

isso, naquele momento, também remetem aos “interesses econômicos e financeiros⁸, que passam por cima da política e da cultura”, situação que suscitava um questionamento essencial: “valerão ainda as regras do Estado democrático e de direito, que até agora foi nosso modelo ideal?” (Bobbio, 2016, p. 81).

É possível encontrar uma resposta a isso, uma vez mais, no filósofo do Turim. Em 1988, por ocasião da publicação do livro *A teoria da democracia revisitada*, de Giovanni Sartori, Bobbio tece alguns comentários acerca da mudança de postura de seu amigo quanto ao destino da democracia. Ao constatar que o juízo sobre seu futuro parecia menos otimista, Bobbio identifica a “perda dos ideais” como o *leitmotiv* para tanto (Bobbio, 2018, p. 26). Diante da pergunta “qual é o maior perigo que ameaça hoje a democracia?”, Bobbio, concordando com Sartori, observa que “o sentido do dever e do desinteresse foram corroídos por uma visão puramente economicista da política” (Bobbio, 2018, p. 27). Na verdade, Bobbio chega a ponderar se a razão da crise moral da democracia não poderia ser buscada “no fato de que, até agora, a democracia política conviveu, ou foi obrigada a conviver, com o sistema econômico capitalista” (Bobbio, 2018, p. 27). Em um sistema fundado na “redução de tudo a mercadoria”, até mesmo o voto poderia ser comprado e vendido, sepultando qualquer dimensão cidadã da democracia. Daí o reconhecimento de que “o abraço do sistema político democrático com o sistema econômico capitalista é, tudo somado, vital e mortal, ou melhor: é também mortal, mais que vital” (Bobbio, 2018, p. 27-28).

Em suma: a acumulação de limites à democracia – tanto pela via do chefe carismático, quanto pelas margens econômicas que a comprimem –, ainda que imbricada em fatores das mais variadas dimensões, tem no déficit do exercício da cidadania sua pedra de toque. O argumento é sintomático pois, em *O futuro da democracia* (1984), uma das promessas não cumpridas do atual regime político é, justamente, a educação para a cidadania (Bobbio, 2000, p. 43). Em pleno 2024, o tema ainda é dos mais atuais, e não apenas em virtude da continuidade do debate acadêmico. Neste ano, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal deu parecer favorável ao PL 4008/23, que procura incluir a educação política e os direitos pela cidadania no currículo obrigatório da educação básica⁹. Por ocasião dos vinte anos do falecimento de Bobbio, visitar essa temática pode nos auxiliar – assim

⁸ Deve-se lembrar que Berlusconi tinha o monopólio da rede privada de televisão.

⁹ A Ementa e tramitação podem ser acompanhadas em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/159366>.

esperamos – a identificar algo como um sismógrafo das frustrações sociais que atravessam o mal-estar da democracia e, assim, alargar o repertório de iniciativas comprometidas com sua defesa.

2 DESENVOLVIMENTO

O desassossego com a crise da democracia liberal tomou conta até mesmo do *mainstream* da Ciência Política. Essa tardia conscientização teve início, efetivamente, apenas em 2016: “se Trump tivesse perdido, muita gente que hoje corre para escrever livros como este – e me incluo nesse grupo – estaria tratando de outros assuntos” (Przeworski, 2019, p. 21). De lá para cá, as crises de um regime político tido como consolidado são geralmente associadas à capacidade de atores antidemocráticos se elegerem para, então, adulterarem as regras do jogo democrático¹⁰. O resultado parece constituir, assim, “democracias menos que formais” (Miguel, 2022, p. 27). Mas há uma ressalva: a necessidade de atentar para a origem desse processo, qual seja, “uma ordem política bastante aquém das promessas emancipadoras da democracia” (Miguel, 2022, p. 27).

Uma compreensão mais ampla dessa genealogia é fundamental. Ela está relacionada ao fechamento do horizonte de expectativas já no final da década de 1960, identificado e compartilhado por diferentes tradições teóricas. As sugestivas análises de Adorno – em *Aspectos do novo radicalismo de direita* (1967) – acerca da permanência dos pressupostos sociais do fascismo são um bom exemplo. De modo bastante sugestivo aos propósitos do presente artigo, o fortalecimento de movimentos fascistas é vinculado às feridas e cicatrizes “de uma democracia que não faz justiça a seu próprio conceito” (Adorno, 2019, p. 18). As manifestações de maio de 1968 expuseram as tensões¹¹ subjacentes a um momento histórico de profundas instabilidades e incertezas – uma cortina de fumaça com impactos significativos nas expectativas políticas de emancipação: a hipertrofia da “mentalidade de sobrevivência” (Lasch, 1986, p. 51) plasmou a desconexão intersubjetiva e atrofiou as

¹⁰ Mas não só. Luis Felipe Miguel também destaca um segundo conjunto de evidências da crise da democracia, associado ao desrespeito à regra da maioria manifestado nos “golpes de novo tipo” na América Latina (Miguel, 2022, p. 26).

¹¹ Miguel vale-se da noção de “paradoxo”, utilizada por Bauman para se referir à situação na qual a “questão da liberdade” encontrava-se “resolvida”, simultaneamente à sensação de que era impossível mudar o mundo (Miguel, 2022, p. 79).

disposições de escuta e reconhecimento sem as quais a convivência solidária não pode se sustentar.

Essa situação piorou com o passar das décadas, retroalimentando a passividade e a impaciência como disposições imediatas do cotidiano. Nesse cenário, Arantes apresentou o que denomina de “Era da Emergência”, um momento no qual a distância entre “experiência” e “expectativa”¹² encurta cada vez mais, compondo um tempo de “expectativas decrescentes”. Trata-se de uma temporalidade na qual se vive sob a égide de um “regime de urgência” (Arantes, 2014, p. 67). Nela, o que se exige é a intervenção imediata, um “militantismo frenético” (Arantes, 2014, p. 260) que, conseqüentemente, altera o paradigma da política e reforça a frustração com seu modo de reprodução social.

É a partir desse contexto que voltamos a Bobbio. Pois a referência aos compromissos democráticos que não foram satisfeitos encontra guarida em um dos livros mais influentes do autor italiano. Em *O futuro da democracia* (1984), as “promessas não cumpridas da democracia” - (i) permanência de corpos intermediários entre Estado e cidadãos; (ii) preponderância dos interesses em detrimento à representação política; (iii) persistência das oligarquias; (iv) limitação dos espaços democráticos; (v) sobrevivência do poder invisível e (vi) ausência da educação para a cidadania – ocupam um lugar especial. Elas constituem manifestações decorrentes do contraste entre a democracia ideal e a democracia real. Para Bobbio, algumas dessas promessas não poderiam ser cumpridas, outras não passavam de ilusões e algumas nada mais seriam do que esperanças mais ou menos vagas, sem contar aquelas que se chocaram contra obstáculos imprevistos. Daí a avaliação de que, ainda assim, não seria possível falar em “degeneração da democracia” (Bobbio, 2000, p. 20).

Uma reavaliação desse juízo não seria inovadora, como destacaremos mais adiante. De todo modo, cumpre observar mais detidamente os significados decorrentes da sexta promessa não cumprida da democracia. Bobbio recorda o conhecido argumento de que “o único modo de fazer com que um súdito se transforme em cidadão é o de lhe atribuir aqueles direitos que os escritores de direito público do

¹² Koselleck apresenta a história a partir das categorias de “experiência” e “expectativa”. Se a primeira remete ao “passado atual”, a segunda envereda pelo “futuro presente”: “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (Koselleck, 2006, p. 313).

século passado tinham chamado de *activae civitatis*” (Bobbio, 2000, p. 43). Conseqüentemente, “a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática. Concomitantemente, não antes” (Bobbio, 2000, p. 43-44).

A reforçar esse ponto, Bobbio recorre a John Stuart Mill, para o qual a participação eleitoral teria grande valor educativo. Através da discussão política, por exemplo, o operário, cujo trabalho é repetitivo e concentrado no horizonte limitado da fábrica, “seria capaz de compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal”. Não só. Ele conseguiria também “estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles com os quais mantém relações cotidianas, tornando-se assim membro consciente de uma comunidade” (Bobbio, 2000, p. 44).

A ciência política americana dos anos cinquenta também é referida por Bobbio, que ressalta a distinção feita ali entre culturas orientadas para os *output* do sistema (“para os benefícios que o eleitor espera extrair do sistema político”) ou para seus *input*, “própria dos eleitores que se consideram potencialmente empenhados na articulação de demandas e na formação das decisões” (Bobbio, 2000, p. 45). Desse sobrevoo, a conclusão de Bobbio é desanimadora: “Nas democracias mais consolidadas assistimos impotentes ao fenômeno da apatia política, que frequentemente chega a envolver cerca da metade dos que têm direito ao voto”. São pessoas, diz Bobbio, que “não estão orientadas nem para os *output* nem para os *input*. Estão simplesmente desinteressadas daquilo que, como se diz na Itália com uma feliz expressão, acontece no ‘palácio’” (Bobbio, 2000, p. 45). Não por acaso, Bobbio encerra seu comentário a essa promessa não cumprida com uma citação de Tocqueville, em que este critica o aumento dos que votam por interesses pessoais frente aos que votam com base em uma opinião política, fazendo dos direitos políticos um instrumento para a satisfação pessoal.

O tema e o diagnóstico de Bobbio permanecem atuais para além do continente europeu. No Brasil, apesar da importância do PL 4008/23, o citado “fenômeno da apatia política”, entendido aqui como a abstenção eleitoral, gira em torno de 20% do eleitorado nas eleições nacionais¹³. É bem menor do que na Itália¹⁴, mas nem por isso poderíamos nos dizer ‘educados para a cidadania’, inclusive porque o termo, ao que

¹³ Cf. <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-comp-abst/evolu%C3%A7%C3%A3o-de-comp-e-abst?session=214853889845527>. Acesso em: 24 jul. 2023.

¹⁴ Ali, a abstenção chegou a cerca de 37% nas eleições políticas de 2022, um recorde negativo, cf. <https://www.openpolis.it/numeri/il-calo-dellafluenza-alle-elezioni-parlamentari/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

se deduz da exposição de Bobbio, tem sentido amplo, abarcando genericamente a participação dos cidadãos na vida política¹⁵.

Outra ilustração válida da nossa ‘falta de educação para a cidadania’ é a persistência da compra de votos no Brasil, tema que, como vimos, ensejou a reflexão de Bobbio acerca do abraço mortal entre democracia e capitalismo. Há menos de dez anos, pesquisa encomendada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostrou “que pelo menos 28% dos entrevistados revelou ter conhecimento ou testemunhado essa prática ilegal”¹⁶. Há cerca de dois anos, reportagem feita pelo jornalista Caco Barcellos, do programa Profissão Repórter (TV GLOBO), mostrou tentativa de assédio eleitoral junto a beneficiários do Auxílio Brasil no município de Coronel Sapucaia (MS), em prol do então candidato Jair Bolsonaro, a dias do segundo turno da eleição presidencial de 2022¹⁷ (quando, então, Bolsonaro recebeu mais votos do que Lula, após empate no primeiro turno)¹⁸.

O tema da educação para a cidadania toca também a ligação entre eleitores e partidos políticos. Em *Estado, governo, sociedade*, tratando da relação entre sociedade civil e Estado, Bobbio observa que os partidos têm um pé na sociedade civil e um pé nas instituições: “um dos modos mais frequentes de definir os partidos políticos é mostrando que eles cumprem a função de selecionar, portanto de agregar e de transmitir, as demandas provenientes da sociedade civil”; demandas, por sua vez, “destinadas a se tornar objeto de ação política” (Bobbio, 2017, p. 45).

É fato que os partidos têm sido incapazes de cumprir sua tarefa de identificação, direcionamento, conciliação das diferentes demandas sociais. Isso tem razões variadas: a indistinção de seus perfis, seu sectarismo, a defesa de interesses não republicanos, o engessamento de suas estruturas ou mesmo o facciosismo¹⁹ crescente. Para piorar a situação, a emergência do “partido pessoal” é descrita por

¹⁵ Naturalmente, é inerente a essa ‘educação’ a consciência de cada um quanto à sua condição de portador de direitos não apenas políticos, e da possibilidade de seu exercício.

¹⁶ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Fevereiro/pesquisa-revela-que-compra-de-votos-ainda-e-realidade-no-pais>. Acesso em: 24 ago. 2024.

¹⁷ V. e.g. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/04/bolsonaro-lula-coronel-sapucaia-suposta-compra-de-votos-caco-barcellos.htm>. Acesso em: 24 ago. 2024.

¹⁸ 47,97% para cada candidato no primeiro turno. No segundo, Bolsonaro teve 52,55%; Lula, 47,45%. <https://www.poder360.com.br/eleicoes2022/resultados/2turno/?cargo=0001&turno=545&uf=MS&mun=98590&zona=0&partido=null>. Acesso em 10 jul. 2023.

¹⁹ No artigo “Partidos ou facções”, Bobbio apresenta a seguinte análise: “uma das razões pelas quais a crise de hoje é mais grave que todas as outras é a proliferação sem precedentes do facciosismo. Os partidos estão se transformando em facções. Na grande literatura política de todos os tempos há um tema permanente sobre o qual os políticos deveriam refletir: as facções são a ruína das repúblicas” (Bobbio, 1994, p. 194).

Bobbio como um “vento de loucura” que estava destruindo o sistema político italiano (Bobbio, 2016, p. 83). Nesse contexto, também observável no Brasil, não surpreende que a grande maioria dos entrevistados no Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2018 não se identificava com nenhum partido político²⁰ e que, nas manifestações de junho de 2013, um dos principais gritos de ordem era “Sem partido”. Ainda assim, os partidos são essenciais à democracia representativa. Cabe a eles transformar o pluralismo da sociedade num conflito político organizado. No jogo democrático, diz Bobbio, “os atores principais estão dados, e são os partidos” (Bobbio, 2000, p. 80).

Isso significa que a “educação para a cidadania” a que Bobbio aponta não envolve a sagração de “mitos” políticos; envolve, sim, a conscientização da importância dos partidos e algum engajamento em causas e movimentos que contribuam para oxigenar a democracia e a própria representação política, cujo desempenho também depende da mobilização dos cidadãos. A história política brasileira desde a República, no entanto, mostra que temos preferido a primeira opção.

E a razão disso não é, simplesmente, nossa baixa instrução. A ‘educação’ de que se fala aqui não é formal. É claro que esta contribui com o desenvolvimento da sociedade em diferentes âmbitos, mas se deve notar que a democracia requer não só *expertise*. Ela se baseia antes na opinião que no conhecimento. Como observa Giovanni Sartori, “um crescimento *geral* do nível de instrução não traz consigo, por si só, um incremento *específico* de públicos informados das coisas públicas”; um químico, um médico, um engenheiro “não têm uma competência política que os distinga de quem não a tenha” (Sartori, 2019, p. 93). Na já citada exposição de Bobbio, “a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática. Concomitantemente, não antes”. Ou seja, o cidadão “retiraria de si mesmo” tal educação²¹.

Já se viu acima a desilusão de Bobbio quanto a essa “promessa”. A atitude do bom democrata, porém, disse o mesmo Bobbio, “é a de não se iludir com o melhor e a de não se resignar com o pior” (Bobbio, 2000, p. 76). Firme nesse propósito, e à luz das indicações acima, entende-se aqui que a educação para a cidadania requer o exercício reiterado da cidadania, instruído não só por informação, conhecimento,

²⁰V. <https://www.cesop.unicamp.br/democracia/survey/detalhes/id/59/titulo/Estudo%20Eleitoral%20Brasileiro%20-%20ESEB%202018/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

²¹ O que vai ao encontro da etimologia dessa palavra.

racionalidade e participação, mas também por uma mentalidade alargada. Olhar os assuntos públicos por mais de uma perspectiva é, ao mesmo tempo, exercício e resultado de uma cidadania “educada”. Afinal, é desse olhar que a política se alimenta.

Dele e do diálogo, que precisa se desenvolver não só nos parlamentos, mas entre os próprios cidadãos, e tanto em fóruns de discussão política como em situações alheias a ela. Recordando o trecho acima, em que Bobbio parafraseia Mill, é através da discussão política que “o operário consegue [...] estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles com os quais mantém relações cotidianas, tornando-se assim membro consciente de uma comunidade” (Bobbio, 2000, p. 44). Essa interação, no entanto, tem sido ameaçada pelo insulamento de grupos (visível em teorias, expressões, preferências e indumentária compartilhadas) e pela polarização político-ideológica dos últimos tempos, presente em vários países do mundo, como o Brasil.

O tema demanda análise mais detida, mas basta dizer aqui que, hoje, uma educação voltada à cidadania se vê ameaçada também pela saturação política dos ambientes sociais e pela adesão indiscutível e afetiva de muitos de nós a teorias, valores, ideologias e personagens políticos (junto com o desprezo igualmente implacável e emocional aos que defendem outras teorias, valores etc.). Esse peculiar mergulho na política parece mais comprometer do que contribuir com a saúde da democracia, pois aparta as pessoas, seu sentido de comunidade e a confiança umas nas outras.

Um dado relevante nesse contexto vem do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Num relatório de 2022, o BID apurou que, na América Latina e Caribe, o Brasil é o país onde há menos confiança (os índices de confiança nessa região já são os menores dentre os países incluídos na pesquisa). Confiança é entendida ali como “a crença de que os outros não agirão de maneira oportunista”²²; como “fé nos outros — em sua honestidade, confiabilidade e boa vontade”, seja no setor público, no setor privado ou no âmbito interpessoal. Não é exagero afirmar que, menor essa confiança, menor a coesão social, menor a colaboração, menor o diálogo entre as pessoas.

Isso significa que a deseducação para a cidadania está intimamente associada à dessubjetivação coletiva, impedindo que coloquemos em primeiro plano aquilo que

²² <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/Confianca-A-chave-para-a-coesao-social-e-o-crescimento-na-America-Latina-e-Caribe.pdf>

temos em comum. Daí o reforço à apatia e inatividade dos cidadãos, ocasião que nos remete, uma vez mais, a Bobbio. Pois a última parte do texto com o qual estamos dialogando é intitulada “Apelo aos valores”. Ela decorre, de acordo com ele, da necessidade de se “dar uma resposta à questão fundamental”: se a democracia é predominantemente um conjunto de regras de procedimento, a chamada concepção mínima, “como pode pretender contar com ‘cidadãos ativos’? Para ter os cidadãos ativos será que não são necessários alguns ideais?” (Bobbio, 2000, p. 51).

Bobbio responde que é evidente a necessidade de ideais, e os percorre sinteticamente²³. O último que menciona é o ideal da irmandade. Assim ele comenta esse ideal e, ao mesmo tempo, fecha seu texto:

Em nenhum país do mundo o método democrático pode perdurar sem tornar-se um costume. Mas pode tornar-se um costume sem o reconhecimento da irmandade que nos une todos os homens num destino comum? Um reconhecimento ainda mais necessário hoje, quando nos tornamos a cada dia mais conscientes deste destino comum e deveríamos, por aquele pequeno facho de razão que clareia nosso caminho, agir de modo consequente (Bobbio, 2000, p. 52).

Bobbio relaciona a consolidação da democracia ao reconhecimento da irmandade que une os membros de uma comunidade. O comentário procede e, mais uma vez, remete ao presente, inclusive do Brasil. Vale recordar, primeiro, que o diálogo é condição da democracia: democracia sem diálogo (e compromisso), baseada só na contagem de votos, em “quem ganhou” e “quem perdeu”, é falsa democracia. Mas o diálogo supõe um solo comum sobre o qual as pessoas possam não só se entender e colaborar umas com as outras, mas também divergir. Isso reclama um sentido de comunidade entre elas, formado por laços geográficos, culturais, valores, reconhecimento mútuo, objetivos mínimos.

Infelizmente, no Brasil dos últimos anos, história, valores, objetivos, até mesmo a realidade, têm sido alvo de disputas que minam o solo onde convergências e divergências podem se estabelecer. Mesmo o burlesco tem lugar: são conhecidas, dentro e fora do país, teses como a da “terra plana”. Algumas dessas teses, porém,

²³ Bobbio cita, além da irmandade, os ideais da tolerância, da não-violência e da renovação gradual da sociedade “através do livre debate das ideias e da mudança das mentalidades e do modo de viver” (Bobbio, 2000, p. 52).

merecem maior atenção, como a alegada “ameaça comunista” que pairaria sobre o Brasil (constatada em pesquisas de opinião²⁴), tese que reapropria uma tradição anticomunista arraigada em solo nacional²⁵.

A ameaça comunista é, paradoxalmente, tanto um “fantasma” como uma “certeza”. De um lado, ela serviu como pretexto para justificar golpes autoritários. De outro, grupos, indivíduos e o Estado atuaram em virtude um risco intimamente associado à expansão e influência do Partido Comunista Brasileiro. Por isso “a motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinaram em medida diferente ao longo da História” (Motta, 2020, p. 18). Daí o comunismo amedrontar e mobilizar as pessoas politicamente – basta mencionar os incontáveis pleitos dos últimos anos²⁶, às Forças Armadas e ao ex-presidente Jair Bolsonaro, para que “salvassem o Brasil do comunismo”. Aliás, pessoas presas pela invasão do Palácio do Planalto em 8.1.2023 afirmaram à Polícia Civil do Distrito Federal que um golpe militar evitaria o comunismo, e que lá estavam e.g. “pela manutenção das igrejas, para proteger seus filhos e netos, para impedir as mulheres e crianças de se tornarem escravas sexuais”²⁷.

Esse descolamento ostensivo e convicto da realidade, perceptível em outros episódios nacionais também recentes²⁸, não se produz naturalmente. Ele é fomentado há tempos, de diferentes maneiras, e não tem por fim qualquer “revelação”, esclarecimento ou a instauração de debates em torno de questões de interesse público. Quem ataca a própria realidade visa instaurar, antes de tudo, desorientação e desconfiança. Entretanto, numa sociedade onde vigem desorientação e desconfiança, como fomentar o “reconhecimento da irmandade que nos une todos os homens num destino comum?”. Desorientação quanto à realidade e desconfiança quanto às pessoas não geram irmandade; geram repulsa.

²⁴ Como a do Ipec, divulgada em março (2023) pelo jornal O Globo.

²⁵ Publicado originalmente em 2002, *Em guarda contra o perigo vermelho*, de Rodrigo Patto Sá Motta, oferece um estudo sistemático sobre a primeira “onda” anticomunista (1935-1937) e o “surto” anticomunista (1961-1964) (Motta, 2020).

²⁶ Na forma de slogans, faixas em manifestações políticas etc. Ainda que, aqui, seja necessário refletir sobre as particularidades do atual anticomunismo, no qual operam: (i) a combinação entre anticomunismo e antipetismo; (ii) o proeminência dos evangélicos, em comparação com a vanguarda católica de décadas atrás; (iii) a sensibilidade a novos temas, como igualdade de gênero e diversidade sexual; (iv) fortalecimento dos valores liberais, especialmente daqueles vinculados às chamadas virtudes do mercado (Motta, 2020, p. 313).

²⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/golpe-militar-evitaria-comunismo-escravidao-sexual-e-daria-salvacao-espiritual-dizem-presos-no-81.shtml>. Acesso em: 31 jul. 2023.

²⁸ A epidemia de COVID-19 é o maior exemplo.

Nos últimos tempos, a transformação de adversários políticos em inimigos nos tornou, primeiro, incapazes de ouvir o outro e indagar a fundo nossas próprias concepções; segundo, capazes de aceitar, justificar ou até celebrar qualquer representante político, por mais contraindicado que seja, desde que tal representante impeça a vitória da representação (ou da tribo) “inimiga”. Não só. Muitos de nós nos tornamos capazes de empregar a violência contra tais “inimigos”. Conforme apuração feita pelo jornal O Estado de S. Paulo²⁹, em julho de 2022, o Brasil já contabilizava 26 assassinatos por motivações políticas ou pelo exercício da atividade pública, um número que já era maior do que o registrado em quatro campanhas presidenciais desde a redemocratização. O monitoramento da violência política feito pelo jornal mostrou também que, a partir do ano de 2018, homicídios por divergências partidárias e ideológicas tornaram-se mais frequentes³⁰.

A violência política espalha pela sociedade um medo vago, imponderável. Quem pretende resguardar-se dela encontra no silêncio a opção mais eficiente. E, então, a violência política atinge seu principal objetivo: paralisar-nos (Granato, 2022). Assim, ela inibe nossa coexistência e diálogo. Mais ainda: ela inibe a liberdade da vítima e a desigualdade do agressor (que se torna *juiz* da conduta e *executor* da pena infligida). Sem o reconhecimento de que nós, concidadãos, somos todos livres e iguais, a irmandade se vê sacrificada e, com ela, qualquer possibilidade efetiva de cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente, a humanidade não leva uma “vida de cachorro”, limitada a comer e dormir (Fukuyama, 1992, p. 311). A tese de Fukuyama acerca da simbiose entre economia de mercado e ausência de qualquer conflito social ou político é, hoje, pura fantasia. O “fim da história”, assim como o “fim das ideologias” (Bell, 2000) e as atuais discussões sobre o “fim da democracia” são especialmente convenientes: elas fazem de tudo para cumprir a profecia que advogam.

²⁹ Edição de 16.7.2022.

³⁰ Um caso célebre foi a morte de Marcelo Arruda, em julho de 2022, na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Arruda, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi assassinado a tiros durante a sua festa de aniversário (que tinha o PT como tema) por Jorge Guarinho, que teria gritado “Lula ladrão, aqui é Bolsonaro, é mito!” antes de atirar.

Com isso, no entanto, não se alcança qualquer diagnóstico minimamente preciso que nos ajude a compreender os desafios impostos pela crise da democracia liberal. No presente artigo, procuramos contribuir para esse esforço a partir da revisita ao pensamento político de Bobbio. Após inicialmente destacarmos o apuro da cidadania – tanto pelas mãos de líderes carismáticos, quanto pelos limites impostos pelo capitalismo –, apresentamos o gradativo processo de frustração social, indispensável à consolidação das referidas “expectativas decrescentes”.

Diante do diagnóstico de que o mal-estar da democracia está relacionado à não realização de seus compromissos, retomamos a reflexão de Bobbio sobre as “promessas não cumpridas da democracia”. Tendo como recorte a educação para a cidadania – a sexta promessa identificada em *O futuro da democracia* –, apresentamos argumentos que permitem considerá-la algo como um sismógrafo dos tensionamentos sociais que caracterizam a reprodução política vigente. Essa possibilidade tem como lastro uma série de elementos – a própria estrutura de representação, a crise dos partidos políticos, a atrofia para a disposição ao diálogo, a perda de confiança etc. – que corroboram o refluxo das democracias liberais.

A partir de um ponto de vista teórico, as últimas páginas convidam à reavaliação da tese bobbianiana acerca da não degeneração da democracia (Bobbio, 2000, p. 20). Nesse sentido, elas vão ao encontro, por exemplo, das reflexões de Bovero, que há cerca de dez anos apontava para essa questão. Para ele, seria possível reconhecer a validade do argumento de seu mestre “se mantivermos os parâmetros originários de Bobbio, que assumia como termo de comparação a ‘era das tiranias’, isto é, os totalitarismos do século XX” (Bovero, 2015, p. 37). No entanto, um juízo diferente poderia ocorrer se perguntássemos pelas alterações vividas pela democracia desde então. Para Bovero, um claro processo de degeneração estava em curso, cujas características faziam emergir outra forma de governo: a “autocracia eletiva”. E refletia: “a democracia, então, está em seu crepúsculo? Não ousou afirmá-lo peremptoriamente (Bovero, 2015, p. 38).

De lá para cá, a situação se agravou. Por isso mesmo, a notícia do PL 4008/23 pode suscitar algum entusiasmo. Ainda assim, como procuramos demonstrar, a educação para a cidadania envolve aspectos fundamentais – reiteremos uma vez mais o papel fundamental dos partidos políticos – nem sempre perceptíveis. Revisitar o labirinto de Bobbio, suas problematizações, respostas e dúvidas é, hoje, uma tarefa cujo significado vai muito além das homenagens por ocasião dos vinte anos de seu

falecimento: sem as certezas das grandes teorias, que frequentemente envelhecem mal, o pensamento do filósofo de Turim ainda dá provas de sua capacidade para alargar o horizonte de pesquisa sobre os principais desafios que vivenciamos na esfera política.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Aspekte des neuen Rechtsradikalismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2019.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

[BARREIRA, C.; Granato, M.](#) Democracia. **Jornal O Estado de S. Paulo**, 6.8.2020, Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/espaco-aberto/democracia/>.

BELL, D. **The end of Ideology**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

BOBBIO, N. "A democracia realística de Giovanni Sartori". *In*: Salatini, R.; Barreira, C. **Democracia e direitos humanos no pensamento de Norberto Bobbio**. Marília. Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

BOBBIO, N. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

BOBBIO, N. **Contra os novos despotismos**: escritos sobre o berlusconismo. São Paulo: Ed. Unesp; Instituto Norberto Bobbio, 2016.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, N.; Viroli, M. **Diálogo em torno da República**: os grandes temas da política e da cidadania. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOVERO, M. "Che cosa è non decidibile: cinque regioni del coto vedado". **DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 129-141, dez. 2018.

BOVERO, M. Para uma teoria neobobbiana da democracia. São Paulo: FGV Direito, 2015.

BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FISHER, M. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

GRANATO, M. "Mors tua vita mea". **Jornal O Estado de São Paulo**, 21.9.2022 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/espaco-aberto/mors-tua-vita-mea/>

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LASCH, C. **The Minimal Self. Psychic Survival in Troubled Times**. New York/London: W. W. Norton & Company, 1984.

MANN, T. **O Mário e o mágico**: uma experiência trágica de viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MARZO, E. A última batalha de um demonizador. *In*: BOBBIO, N. **Contra os novos despotismos: escritos sobre o berlusconismo**. São Paulo: Unesp, p. 7-12.

MAZZARI, M. V. (2023). A hipnose do fascismo. *In*: MANN, T. **O Mário e o mágico**: uma experiência trágica de viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. p. 63-101.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: Eduff, 2020.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SARTORI, G. **Homo videns**. Televisione e post-pensiero. Bari: Editori Laterza, 2019.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity, 2017.

DADOS DOS AUTORES

César Mortari Barreiras

Doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador Científico do Instituto Norberto Bobbio, São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1407-0555>

E-mail: csarmbarreira@gmail.com

Marcelo de Azevedo Granato

Mestre e doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor pela Università degli Studi di Torino. Professor de FADI e FACAMP.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4420282439071747>

E-mail: ma.granato@uol.com.br